



TENSÃO NAS AMÉRICAS

Trump reaviva a Doutrina Monroe

Estados Unidos adotam documento que reposiciona a estratégia de segurança mundial da Ásia para enfrentamento de "ameaças urgentes" na América Latina. Anúncio coincide com pressão por mudança de regime na Venezuela

» RODRIGO CRAVEIRO

A pressão sobre o regime do ditador venezuelano, Nicolás Maduro; as ameaças de combate ao narcotráfico e de intervenção militar direta na Colômbia e no México; os ataques a lanchas supostamente usadas pelos cartéis de drogas, no Mar do Sul do Caribe; e os planos de tomada do Canal do Panamá. Os olhos do Tio Sam voltaram-se para a América Latina não à toa. Documento publicado pelo governo do presidente Donald Trump, intitulado *Estratégia de Segurança Nacional*, redireciona a estratégia de segurança mundial de Washington para foco na América Latina e ressuscita a chamada "**Doutrina Monroe**", sob o nome de "*Doutrina Corolário Trump*". Ao citar o "desaparecimento da civilização europeia", o dossiê propõe recuperar o "predomínio dos Estados Unidos" no território latino-americano.

Com o propósito de propagar a visão "America First" ("Os EUA em primeiro lugar", pela tradução literal), o documento reposiciona a política externa da Casa Branca, nos últimos anos voltada para a Ásia. O texto anuncia que os Estados Unidos reajustarão sua "presença militar global para enfrentar ameaças urgentes em nosso Hemisfério (Occidental), e se afastar de cenários cuja importância relativa para a segurança nacional diminuiu nas últimas décadas ou anos".

Presidente da Colômbia entre 1994 e 1998 e secretário-geral da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) de 2014 e 2017, Ernesto Samper Pizano (**leia Duas perguntas para**), 75 anos, acusa Trump de ter "destroçado" uma relação bilateral de mais de 30 anos de luta conjunta contra as drogas entre Colômbia e EUA. "Ele fez isso como parte de sua política equivocada de diplomacia ideológica, segundo a qual os Estados Unidos mantêm relações apenas com países ideologicamente alinhados ao neofascismo de Trump", declarou ao **Correio**, por e-mail.

Denilde Oliveira Holzhacker — doutora em ciência política e professora de relações internacionais na ESPM — considera a Doutrina

Abigail Reyes/Marinha dos EUA/AFP



Porta-aviões USS Gerald R. Ford, o maior do planeta, chega a St. Thomas, nas Ilhas Virgens dos Estados Unidos, no Mar do Caribe

Hemisfério Ocidental no centro do interesse

Criada em 1823 pelo então presidente americano, James Monroe, a Doutrina Monroe determinava que as potências europeias eram obrigadas a respeitar o Hemisfério Ocidental como uma esfera de interesse dos Estados Unidos. Em suma, a Europa foi convidada a não interferir em assuntos do Hemisfério Ocidental — América do Sul e do Norte e Caribe.

Corolário Trump uma reedição da Doutrina Monroe, segundo a qual o continente americano é área de influência dos Estados Unidos. "Ela afirma que os EUA não podem permitir que potências regionais atuem na área. É o retorno de uma política com tendência mais intervencionista e mais voltada para as situações de uso da coerção, muitas vezes. A agenda para a América Latina envolve a fronteira entre EUA e México, a imigração e

o controle do narcotráfico e de armas", disse à reportagem.

Holzhacker alerta que essa política pode retomar um sentimento antiamericano muito intenso na América Latina. "Sempre que os EUA adotaram uma ação como essa, causaram instabilidades internas e mudanças de regime, para que sejam mais alinhados aos interesses americanos. O *Corolário Roosevelt*, por sua vez, trazia a ideia de que se tem a coerção, mas

também uma atuação que buscava a prosperidade, com investimentos americanos no Hemisfério Ocidental", observou.

A estudiosa percebe uma "clara indicação" à China de que os EUA não tolerarão uma presença chinesa marcante em questões estratégicas. "É uma posição que recoloca uma posição americana que gerou uma série de posicionamentos antiamericanos. O documento reinsere o continente americano como área de

prioridade contra a ascensão de outros países, como a China. Na parte sobre a Ásia, o que fica claro é a identificação de que a China é a grande rival e que os EUA serão cada vez menos condescendentes na relação sino-americana", avaliou Holzhacker. "O cenário mais complexo é a parte sobre a Europa, em que o documento coloca o quanto Washington sairá do papel de protetor dos países europeus, ao posicionar a normalização com a Rússia."

Eu acho...

Arquivo pessoal



"O documento reforça a visão do 'America First' ('Os Estados Unidos em primeiro lugar') e a posição de uma política externa mais coercitiva, mas não intervencionista do ponto de vista global. Também uma política que tenta dar uma lógica e coerência às ações feitas pelo próprio Trump, neste ano. Há um reposicionamento da visão de mundo e em defesa dos interesses americanos, deixando parte de seus aliados em situação de menos proteção."

Denilde Oliveira Holzhacker, doutora em ciência política e professora de relações internacionais na ESPM

Duas perguntas para...

AFP



ERNESTO SAMPER PIZANO, presidente da Colômbia entre 1994 e 1998

Como o senhor vê a retórica agressiva adotada pelos presidentes Donald Trump e Gustavo Petro nos últimos dias?

A Colômbia é parte da América Latina, uma região de paz no mundo. Isso não quer dizer que não existam princípios muito sólidos, como a defesa da soberania, a proteção aos migrantes ou o relacionamento com outros países mais fraternos com a região, como pode ser o caso de China e Espanha. Se Trump ousar dar um único passo que viole essas convicções compartilhadas, ele desencadeará uma conflagração com consequências imprevisíveis.

Até que ponto uma ação militar dos EUA pode ser eficaz no combate ao narcotráfico?

Na Colômbia, o combate às drogas não se resume apenas a lutar contra os narcotraficantes; envolve, também, combater as organizações criminosas por trás das guerrilhas. A Colômbia tem vasta experiência nessa luta. Se os Estados Unidos se envolverem, serão as primeiras vítimas desse conflito nas áreas mais negligenciadas da Colômbia. Trump não pode continuar falando de paz em Gaza e na Ucrânia enquanto se prepara para a guerra na América Latina, que por muitos anos foi aliada e um refúgio seguro para suas operações militares. Ainda nos lembramos vividamente da Operação Condor, quando os Estados Unidos apoiaram as ditaduras militares no Chile, no Brasil e na Argentina. Esse tipo de intervenção não pode se repetir. (RC)

Conexão diplomática



POR SILVIO QUEIROZ
silvioqueiroz.df@gmail.com

Ser ou não ser amigo de Trump?

O ano se aproxima do final com uma questão existencial colocada para o governo, na frente externa. Ao fim de meses de uma interação tensa com os EUA, nos primeiros meses do segundo mandato de Donald Trump, o presidente Lula construiu uma relação fluida com o colega — chegou a confessar que ele seria "outra pessoa" no trato íntimo, diferente do negociador agressivo da cena pública. Do ponto de vista estrito das relações bilaterais, a distensão com Washington se oferece como um trunfo precioso. No cenário mais amplo do contexto interamericano, porém, coloca para o Planalto e o Itamaraty um dilema com ares sheakespearianos.

Depois da "química" estabelecida no breve encontro durante a Assembleia Geral da ONU, seguido por um longo telefonema e uma reunião presencial, a última

conversa remota resultou em um entendimento inicial sobre cooperação no combate ao crime organizado. O tom contrasta frontalmente com a opção preferencial da Casa Branca por atacar militarmente o narcotráfico na América Latina. Inicialmente com foco na Venezuela, a mobilização bélica no Caribe tem agora como alvo potencial qualquer país da região, em especial a Colômbia, aliada histórica, hoje governada pelo esquerdista Gustavo Petro.

No contexto da ameaça direta e explícita de uma intervenção, a política externa brasileira balança entre dois de seus pilares. De um lado, a integração regional e a consolidação de uma "zona de paz" independente. De outro, o estabelecimento de uma relação estável e mutuamente respeitosa com a principal potência do mundo e das Américas. Diante da abertura conseguida na

direção norte, e da amizade oferecida por Trump, Lula entra em 2026, ano de campanha pela reeleição, desafiado a responder a uma pergunta semelhante àquela que angustia Hamlet, príncipe da Dinamarca, na obra-prima teatral de William Shakespeare.

Cabo de guerra

A essência do dilema ficou estampada no apelo direto do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, à solidariedade "do povo brasileiro". No âmbito do campo governista, e em especial dentro do próprio PT, as opiniões se dividem.

Setores à esquerda cobram do presidente e da diplomacia uma atitude mais afirmativa contra a ofensiva norte-americana. Argumentam que a integração e a integridade política latino-americana são

elementos centrais para a política externa e o projeto político do governo, em conjunto. Ao centro, outras vozes ponderam que a distensão com Washington é essencial para preservar a estabilidade, antes de tudo a econômica, com vistas à difícil disputa eleitoral com a oposição de direita, no ano que vem.

Um por todos

No pano de fundo imediato da região, as recentes mexidas no tabuleiro ajudam a entender o que uns e outros defendem. As eleições deste ano, nos países vizinhos, fizeram a balança pender para a direita. Foi o caso da Bolívia, recém-admitida como quinto membro pleno do Mercosul. Agora, alinham-se à esquerda apenas Brasil e Uruguai. Do outro lado, a Argentina de Javier Milei e o Paraguai ganharam reforço e desemparraram o placar. Ainda na semana que se encerra, foi a vez de Honduras rifar

a esquerda — dois candidatos de direita, ambos afinados com Trump, disputam a presidência voto a voto.

No próximo fim de semana, será a vez de o Chile ir às urnas para o segundo turno. Ao que tudo indica, o direitista José Antonio Kast deve superar com folga a comunista Jeannette Jara, candidata pelo bloco de esquerda que apoiou até aqui o governo de Gabriel Boric. Em meados do ano que vem, a meio caminho de enfrentar as urnas, Lula torcerá para que um aliado seja eleito sucessor de Gustavo Petro, na Colômbia, em cenário difícil, no qual o carisma pessoal do atual presidente pode ser um desfalque incontornável para o campo anti-Trump.

Ainda que conquiste o quarto mandato, em outubro, Lula poderá se ver diante de um cenário em que restarão, como aliados, além de Cuba, o México de Claudia Sheinbaum e a Venezuela de Maduro — que, desde a controversa reeleição em 2024, foi colocado no "gelo" pelo Planalto e pelo Itamaraty.